

# AFROS & AMAZÔNICOS



## O 27 DE MAIO DE 1977 EM ANGOLA, EM TORNO DE UM SILENCIAMENTO, LUGARES E DEVERES DE MEMÓRIA

*The 27th of May 1977 in Angola, Around a Silence, Places and Duties of Memory*

*Yuri Manuel Francisco Agostinho\**

**Resumo:** O objetivo deste artigo converge sobre a questão do 27 de maio de 1977 em Angola. O tema foi visto a partir de três eixos: o primeiro direciona-se para o 27 de maio em Angola: entre a memória e o silêncio; o segundo vai elencar os lugares de memória sobre o 27 de maio de 1977 e o terceiro vai se ocupar em falar sobre o 27 de maio de 1977 em torno de deveres de memória. Com a história do tempo presente, assim como a leitura das demandas dos tempos atuais na sociedade em Angola, foi possível reconhecer que, por um lado, o assunto sobre o 27 de Maio de 1977 em Angola caminhou por processos de silenciamento, por outro lado, o assunto continua avançar para outros lugares de memória, criando desta forma, bases para que hoje no tempo presente, seja possível falar de deveres de memória e reparação.

**Palavras-chave:** 27 de Maio de 1977; Angola; Silenciamento; Memória.

### Introdução

Hoje, em vários países<sup>1</sup>, é comum a evocação nos discursos de líderes, de homens públicos, de líderes comunitários, nos debates acadêmicos e em textos na imprensa escrita, o clamor ao dever de memória (HEYMANN, 2006, p. 1). Por outro lado, é possível olhar em nível internacional vários países recém-saídos de governos opressivos têm colocado nas suas agendas o acertar contas com um passado muito próximo, fala-se no formato da busca do conhecimento e da justeza sobre a conduta de violência política, seja aquilando criminalmente os infratores dos direitos humanos (MOTTA, 2013, p. 57).

\* Mestre em Ensino de História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (2016). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco ( UFPE), Recife, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1. País como a França, Brasil, etc. já existe um debate profícuo sobre a reparação do passado, deveres de memória, deveres de história. Por exemplo no Brasil fala-se da escravidão, o dever e os lugares de memória no Brasil. O cais do Valongo no Rio de Janeiro, foi local de tráfico negreiro, hoje foi institucionalizado com base à memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro a favor de um política de reparação.

Pegando neste mote é possível olhar de fato, o que se está a passar em Angola nos últimos tempos, ou se fizermos uma introspecção e a partir destes referenciais, olhar pela abertura que o novo governo de Angola liderado pelo Presidente João Lourenço em ter dado “atenção” sobre temas sensíveis com o passado traumático que conecta identidades e atores ligados a processos políticos. Por exemplo, podemos ver também o caso de uma certa “aproximação” do governo ao partido da oposição (UNITA), concomitantemente o enterro de Jonas Savimbi<sup>2</sup>, fundador da UNITA.

Será que estamos na presença de uma legitimação do direito a reparação, de “erros” cometidos no passado? A declaração de Francisco Queiroz<sup>3</sup>, feita em Genebra, em Março de 2019, ao Comité de Direitos Humanos da ONU, marca o início de um novo ciclo político, assumindo atenção aos direitos humanos e a abertura de um estudo sobre a reparação de danos às

2. O caso de Jonas Savimbi enquadra-se num programa já antigo. O discurso político de João Lourenço favoreceu o momento.

3. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos do atual Governo liderado por João Manuel Gonçalves Lourenço.



vítimas de repressão, de déficits de governação ou de perseguição política<sup>4</sup>.

É a partir do 27 de Maio de 1977, em Angola, que tentaremos fazer um percurso que vise olhar sob três níveis de leitura os eventos passados mais de 30 anos. O primeiro assinala que é um fato de que o 27 de Maio de 1977 em Angola tornou-se um “tabu”, logo estamos na presença de um silenciamento no âmbito político<sup>5</sup>. Em segundo é compreender quais são os lugares de memórias sobre do 27 de maio de 1977. Em terceiro lugar, tentaremos compreender até que ponto o 27 de Maio de 1977 pode estar em torno de deveres de memória.

Não pretendemos apresentar um quadro geral dos acontecimentos sobre o 27 de Maio de 1977, mas sim, tentar responder as demandas dos discursos políticos de hoje, com base em temas sensíveis na sociedade Angolana. Mas, ir para este campo da história política de Angola implica encarar certas divergências, e pisar em outros “terrenos”.

---

4. Trata-se da reconciliação das vítimas do conflito em geral. Quer durante a luta de libertação, quer durante a guerra civil... Isso inclui a queima das bruxas ou o setembro vermelho, em que foram queimadas pessoas vivas na Jamba, acusadas de feitiçaria. E também questões recentes do período de 2008 a 2017.

5. Torna-se um “tabu” por ser um assunto que ao longo do tempo foi permanecendo num quadro de opacidade. Pode ser ainda entendido por “tabu” por ser um tema que é evitado em muitos espaços. De acordo com Marques (2012): “Em Angola, já nos aproximamos dos 35 anos da tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977, mas o tema, se não é mais um tabu, com certeza ainda permanece sendo evitado pela maior parte da sociedade angola, sobretudo por conta da violenta repressão que ocorreu na sequência da tentativa de golpe. Durante boa parte deste tempo, a longa guerra civil, que começou em 1975 e terminou apenas em 2002, criou um clima de permanente instabilidade que provocou uma forte tendência das pessoas a se calarem, por receio de tocar em uma divergência interna e serem acusados de traidores, para dizer o mínimo”. MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. Memórias de um golpe: o 27 de Maio de 1977 em Angola. 2012. 132 folhas. (Dissertação de Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

## O 27 de maio de 1977 em Angola: entre a memória e o silêncio

É um fato que quarenta e dois anos após o 27 de Maio de 1977, surge uma abertura para o reconhecimento e o diálogo para políticas de reparação, por parte do Governo Angolano. O período que antecede a esta tomada de decisão, como o Governo Angolano enfrentava este assunto? Como se diz, a ação do homem desenrola-se no tempo social, vai deixando marcas ao longo do tempo, e estas marcas podem ser acessadas sob a operacionalização da memória. Le Goff (1990) diz que o controle da memória coletiva e dos lugares de memória é também uma expressão de poder das classes dominantes (LE GOFF, 1990, p. 475). Nesse contexto, o assunto do 27 Maio de 1977 em Angola, foi se “esbatendo” ao longo dos tempos, a forma de não se abordar o assunto, pode ser entendida sob várias perspectivas. Este sentimento do não falar aproxima-se aos “erros cometidos”; “às inverdades”; “às atrocidades” ou “aceitar culpas<sup>6</sup>”?

Com a aceleração do tempo, surge um espaço de ruptura seguramente entre o presente e o passado, Hartog (2006) fala de um sentimento vivido da aceleração sendo uma forma de fazer a experiência: “a mudança brusca de um regime de memória para um outro” (HARTOG, 2006, p. 12). O espaço de ruptura entre presente e o passado seguramente cria um efeito aos diversos grupos identitários que constituem uma determinada sociedade, os efeitos estão correlacionados com as lembranças, esquecimentos, lugares de memórias, memórias não significativas ou a preocupação de preservar uma determinada memória.

---

6. Fala-se desse assunto até um “certo ponto”: o MPLA fala do assunto internamente, embora tenha sido o Governo na época, o assunto permanece mais interno do que externo. Com a abertura da “democracia”, as vozes soltam para denunciar os excessos cometidos... O Governo, hoje, pretende proporcionar esse diálogo das versões diferentes. E sarar a questão.



Num estudo feito<sup>7</sup> com base na memória coletiva e identidade nacional em jovens angolanos, é perceptível ver o que representa o 27 de Maio, face a história de Angola. As questões que guiaram esta pesquisa foram as seguintes: que representações têm os jovens atualmente sobre a história de Angola? Quais os significados e as comoções relacionadas aos eventos fundamentais e individualidades históricas? Quais as principais fontes de comunicação sobre a história do país? O objectivo do estudo foi analisar as representações sociais da história construídas pelos jovens angolanos e as emoções associadas a essas representações.

No quadro geral, os autores identificaram que o 27 de Maio de 1977 foi o acontecimento referido em sexto lugar pelos jovens (19,23%; média = 2,90). As comoções citadas em relação ao acontecimento são conjuntas, mas o que predomina é a questão da “revolta”. Foi nessa época que aconteceu em Angola uma tentativa de “golpe de estado” contra o MPLA cujo fracasso conduziu à repressão violenta por parte do estado, da qual originou a morte e o sumiço de muitos cidadãos angolanos cujos familiares ainda hoje demandam o

7. Os autores: Júlio Mendes; Eugénio Silva e Rosa Cabecinhas estudaram as representações dos jovens angolanos sobre a história de Angola. “Este estudo foi realizado no âmbito de um projecto de investigação mais amplo, que visou analisar as narrativas identitárias e as memórias coletivas nos países de língua oficial portuguesa. Neste trabalho foram discutidas as representações de uma amostra de jovens angolanos sobre os acontecimentos e as personalidades que consideram mais importantes na história angolana. Neste trabalho discutiu-se brevemente alguns dos resultados de inquéritos realizados junto de jovens em estabelecimentos de ensino em Luanda durante o mês de Maio de 2008. Participaram neste estudo 184 estudantes, sendo 81 do sexo feminino e 103 do sexo masculino (idade média 21 anos)”. MENDES, Júlio; SILVA, Eugénio; CABECINHAS, Rosa. Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola. In: MARTINS, Moisés de Lemos; CABECINHAS, Rosa; MACEDO, Lurdes (Eds.). Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 lusofonia e Sociedade em Rede. Universidade do Minho – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade: Grácio Editor. 2010. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt>.

governo<sup>8</sup>. Com o andar dos tempos, e passados mais de trinta anos, o assunto do 27 de Maio de 1977 continua sendo um “tabu” em certos espaços.

Tabela 01. Acontecimentos da história de Angola

Acontecimento	Porcentagem	Impacto
Independência de Angola (11 de Novembro de 1975)	85, 71%	6, 70 (1,05)
Memorando de Luena / Dia da Paz (4 de Abril de 2002)	70, 88%	6,86 (0,45)
Luta armada de libertação nacional (1961 – 1975)	60, 44%	5,60(2,44)
Massacre de Baixa de Kassanje (4 de Janeiro de 1960)	42, 86%	2, 85 (2,14)
Morte de Jonas Savimbi (22 de Fevereiro 2002)	20,33%	4,79 (2,45)
Tentativa de Golpe de estado (27 de Maio de 1977)	19,23%	2,90 (2,76)
Abolição da escravatura (10 de Dezembro de 1836)	17, 03%	5,97 (1,80)
Guerra Civil (1976 – 2002)	10, 87%	2,31 (2,48)
Tráfico de escravos (séculos XVI a XIX)	10, 44%	2,06 (1,56)
Dia do Herói Nacional (17 de Setembro)	9,89%	6,14 (1,68)

Fonte: Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola. (adaptado).<sup>9</sup>

Segundo os autores deste estudo, o assunto é pouco estudado por investigadores no âmbito das ciências sociais. Por ser tabu, não consta nos manuais de história do ensino oficial e raramente é estudado em sala de aula. No entanto, a memória coletiva sobre este assunto tem sido estabelecida através de diálogos no quotidiano e de ações públicas de organizações de direitos humanos, permanecendo um quadro de opacidade. Os autores do estudo apontam uma hipótese explicativa concernente aos efeitos sobre os jovens luanenses em relação aos acontecimentos da história de Angola. Para os autores, os efeitos de uma guerra de âmbito nacional são difusos e sentiam-se indiretamente em Luanda ao passo que o golpe de estado teve Luanda como palco e deixou um rasto de muitas mortes (MENDES *et alli.*, 2010, p. 209 -210).

Na nossa perspectiva, os resultados do estudo supracitado, podem ser correlacionados também com as seguintes va-

8. Sobre este assunto ver: CARREIRA, I. O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto, Lisboa: Dom Quixote, 1997. FRANCISCO, M. Nuvem Negra o Drama do 27 de Maio de 1977, Lisboa: Clássica Editora, 2007. MATEUS, D. C. e MATEUS, Á. Purga em Angola: O 27 de Maio de 1977. Porto: ASA, 2007.

9. Legenda: percentagem (%) = percentagem de respondentes que mencionaram a personalidade Impacto = média de impacto atribuído ao acontecimento (desvios-padrão entre parênteses); Escala: 1 = muito negativo; 7 = muito positivo. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt>.



riáveis: (i) políticas de elaboração e revisão dos manuais de história de Angola; (ii) como é ensinada a história de Angola na sala de aula. Nesse contexto, os manuais “podem” funcionar como um lugar de congelamento de memória<sup>10</sup>, influenciando, dessa forma, a consciência dos alunos, os fatos históricos e os eventos do tempo presente constam nestes manuais mas de forma pouco incisiva. Consequentemente, os estudantes ficam limitados, e por sua vez, não conseguem responder às demandas dos tempos atuais. Por isso, o tema o 27 de Maio de 1977 ocupa uma posição intermédia na tabela supracitada.

Por outro lado, seria interessante os autores aplicarem o mesmo estudo no nível do ensino superior em Angola: no âmbito das ciências sociais, a partir desse ponto poderíamos aferir de fato, se existe também uma opacidade ou se é um tema que os estudantes consideram ser um “tabu”. É um fato que no âmbito do ensino superior, tanto em Angola e fora de Angola, o número de monografias, dissertações e teses sobre o tema tem crescido<sup>11</sup>.

Se analisarmos sob um outro prisma o problema da opacidade do tema 27 Maio de 1977 na sociedade angolana leva-nos

10. Os órgãos responsáveis pela execução dos manuais de ensino de história ao elaborarem o manual podem “alterar” o fato histórico ou “ocultar” acontecimentos, o resultado deste procedimento é a perpetuação de uma memória oficial e o engendramento de uma “política de esquecimento”. Com este tipo de história nos manuais de ensino, não condiz de fato com a “realidade histórica”, ou até esta memória oficial pode aproximar-se aos eventos históricos. Mas para a história e o ensino da história é necessário uma história das margens e não do centro, que muitas das vezes é uma história pautada com um propósito político, que não contribui na íntegra para a consciência de homens “novos”, visto que em muitos casos quem conta a história é quem ganha.

11. Em 1995, Jean-Michel Mabeko-Tali tinha iniciado o debate público sobre o assunto. Defendeu isso na sua Tese de Doutoramento em Sorbonne. A Academia já assumia esse debate desde 2002. Com a publicação do livro de Dalila e seu marido, o diálogo alastrou-se e ganhou outras dinâmicas. Houve um caso de Tribunal entre família de Neto e Dalila... Por outra, existem outros autores que abordaram a questão do 27 de Maio de 1977. É o caso também de Carlos Pacheco, embora a visão dele seja polémica, ele é sobrevivente do 27 de Maio. Também Arthur Queiroz publicou uma nova versão sobre o assunto, com a publicação das cópias das declarações dos tais ditos: “golpistas”.

para uma outra hipótese explicativa, ou seja, a opacidade pode estar associada por exemplo, com as experiências pessoais ou de grupos implicados diretamente ou indiretamente com o problema do 27 de Maio de 1977. Essas experiências traduzem-se em “pobreza de experiência”, ou seja, os efeitos das experiências, principalmente daquelas pessoas que tiveram problemas no passado, ficam entranhadas no interior de suas “vidas”. Naturalmente, essas pessoas ficam pobres em comunicar estas experiências. Por outro lado, os efeitos podem seguir para o lado que Benjamin (1994, p. 118) fala: “que não se deve imaginar que os homens aspiram a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência”.

Nesse sentido, a intenção de libertar-se destas experiências, surgem as vozes reivindicativas de familiares das vítimas do 27 de Maio de 1977 e dos sobreviventes, querendo libertar-se de um passado que está presente. O silêncio e o esquecimento também podem estar ligados às “políticas de esquecimento”, que visam de forma subentendida ou determinada, diminuir grupos políticos, através do silenciamento de suas memórias, ou mesmo apagar memórias “incômodas”, como é o caso de memórias de época de ditaduras ou de forte repressão política (POLLAK, 1989).

Segundo Vargas (2019, p. 70), “historicamente actores que desenvolveram “políticas de esquecimento” apoiaram-se de cinco estratégias essenciais, usualmente de carácter opressivo, estruturadas, culminaram com o aniquilamento de memórias “indesejadas” por eles” (*apud* ANSARA, 2012, p. 305). Essas cinco apresentam-se da seguinte forma:

- 1) Produção de consensos ou de memória consensual coletiva: Formato de cobro da harmonia local/nacional, por exemplo, pelos governantes pós-ditatoriais através do escondimento de crimes cometidos por estes e extinção da memória as lutas de resistência desenvolvidas contra essas ditaduras.



- 2) Processos de anistia: ao buscarem a paz cívica, reconciliando os inimigos, proporcionando uma harmonia social, conseqüentemente provocando o esquecimento institucional.
- 3) Manipulação política e ideológica: Forma de ocultar da população acontecimentos como atos violentos e repressivos. Praticada através dos meios de comunicação oficiais, da escola formal, dos desportos, da imposição pelo medo, da propaganda política e econômica e do patriotismo.
- 4) Queima de arquivo: destruição de arquivos e registros oficiais que façam referência à memória a ser apagada.
- 5) Impunidade: a não condenação de criminosos (por exemplo, torturadores do período da ditadura) e o não reconhecimento de atos violentos por partes das autoridades oficiais.

Olhando para o caso de Angola, é de referir que, das cinco estratégias supracitadas que normalmente amparam as “políticas de esquecimento”, não caberiam no rol de todo processo do 27 de Maio de 1977, por causa da natureza do evento, mas olhando para o tempo, na direção que Hartog (2006) propõe: “presente – passado”; podemos ver que a algumas peças do “Puzzle”, começam a completar o vazio de um problema que precisa ser resolvido. Nesta linha de ideia, abertura para o reconhecimento e o diálogo para políticas de reparação deve ser um dos caminhos a seguir, mas não deve ser um percurso, dedicado unicamente aos tribunais, mas também a questão das reparações compensatórias e a busca da verdade<sup>12</sup> (MOTA, 2013, p. 57).

---

12. A busca da verdade implica olhar para várias possibilidades, por exemplo: (1) O contexto histórico de 27 de Maio foi produzido pela ideologia marxista do MPLA, e legitimado pelo quadro legal da República Popular de Angola?; (2) Como reenquadrar 27 de Maio pós-Guerra fria, e num quadro legal (Constituição) que advoga a Democracia, liberdades individuais, etc.?; (3) Há uma polémica documental em relação a um grupo de Russos e Americanos terem optado em monitorizar o 27 de Maio. Os cubanos insurgiram e tudo terá ido a água a baixo?

Quarenta e dois anos passados, os eventos do 27 de Maio de 1977 em Angola assentam nas lembranças traumatizantes e memórias que esperam o momento propício para serem expressas. Pollak (1989) afirma que essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e contadas de uma geração à outra de forma oral, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo período de silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil incapaz de contrapor o excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade. Apesar de que na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial, dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente a oposição entre estado dominador e sociedade civil. Encontra-se com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 5).

O passar do tempo, faz com que algumas pessoas se ajustem com o mudar de épocas e se fidelizam com o passado. Na medida que o tempo vai passando, os vestígios do passado vão desaparecendo, neste contexto, existem grupos que transitam para o novo tempo e imediatamente libertam-se dos eventos traumáticos do passado, mas existem outros grupos que ficam presos no passado, normalmente são estes grupos que reivindicam ao estado políticas de reparação, também são estes grupos, que carregam consigo memórias sobre lugares, que podem ser referidos como lugares de memória sobre do 27 de maio de 1977.

### **Os lugares de memória sobre o 27 de maio de 1977**

Falar sobre os lugares de memória implica primeiramente falar sobre o conceito de memória, tendo em vista a forma como as ciências sociais e a história operaciona-



lizam o conceito. É um fato que a memória para atingir vários campos do saber<sup>13</sup> passou por um processo de “cristalização”, ela era vista sob uma perspectiva limitada, ou seja, ela correspondia a um processo vago e estático de lembrar fatos do passado. Este processo estático estava relacionado à imagem de depósito de dados, como simples atualização mecânica de vestígios. Os historiadores julgavam o campo da memória como subjetivo, em comparação ao tradicional: documentos como fonte histórica. O olhar de “suspeição” sob o campo da memória fez com que Maurice Halbwachs olhasse para a memória não só como um processo de ordenação do passado, mas como um processo do passado e também como um processo de releitura do passado (MARQUES, 2012, p. 91). Nesse sentido, as ciências sociais contribuíram para uma mudança de paradigma, conseqüentemente surge a interdisciplinaridade, ela expandiu-se também para o campo da filosofia e da literatura.

Contudo, surgem pesquisas para salvamento e engrandecimento em proveito da memória coletiva, houve uma conversão partilhada pelo grande público obcecado pela perda de memória, surgindo dessa forma uma história dita nova que se interessa em criar uma história virada a partir da memória coletiva: dos lugares topográficos, como os arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, cemitérios, arquiteturas, emblemas e memoriais. Nesse sentido, a memória tem como finalidade conservar certas informações, diante desse pressuposto, ela tem um agregado de funções mentais, em que o homem pode atualizar impressões ou informações passadas (LE GOFF, 1990).

---

13. De acordo com Le Goff (1990), “o estudo no campo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, perturbações mentais e a psiquiatria”. O autor reforça que certos desdobramentos em prol do estudo da memória, no seio de qualquer das ciências supracitadas, podem evocar, numa forma figurada ou de uma forma concreta, traços e problemas da memória histórica e memória social.

Os lugares de memória levantam possíveis abordagens, partindo do pressuposto que os lugares de memórias são lugares complexos. Este pensamento está atrelado ao significado e à profícua discussão dos lugares de memória que Nora inicia em 1984, “*Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*”. Os lugares de memória correspondem a dois domínios, que se tornam interessantes e também complexos: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. O autor caracteriza os lugares como: o material, simbólico e funcional. Demonstra como esses lugares se desdobram para a efetivação de um lugar de memória. Identificando os lugares de memória, o autor atesta como estes lugares podem trazer novas abordagens (NORA; AUN KHOURY, 2012).

O Lugar de memória em si<sup>14</sup> não é só um lugar físico, as datas, as comemorações, os acontecimentos, as origens dos acontecimentos, também são lugares de memória. Nesse sentido, os grupos atingidos diretamente ou indiretamente, por tristes e trágicos acontecimentos que foram os eventos do 27 de Maio de 1977, ao operarem memórias, as lembranças recaem muitas vezes nos lugares de disputas; nos lugares de sofrimento; nos lugares de vítimas e também nos lugares de ressentimentos. Esses lugares referidos podem ser considerados como lugares de memória sobre o 27 de maio de 1977. Como exemplo, podemos olhar para a narrativa de algumas vítimas do 27 de Maio de 1977:

Fui levado pelo contexto político; fui preso na ressaca daquilo que se convencionou chamar “intentona”; fui acusado de ter participado na sublevação, o que confirma: considerando que autorizei que a população transpusesse a primeira cancela

---

14. O lugar de memória pode desdobrar-se para o lugar de memória: simbólica, tangível, enquanto construção: memória-sociedade; memória-indivíduo e memória coletiva.



que dava para o palácio, na Direcção da Rádio Eclésia, sim, participei.<sup>15</sup>

Ir para os lugares de memórias implica fazer um trânsito entre o presente e o passado, em que a operacionalização desse trajeto pode levar-nos a outros lugares. Se observarmos a narrativa de Silva Mateus, é perceptível constatar vários lugares que espream outras questões, outras histórias e experiências. O que chamou a atenção na narrativa Silva Mateus foi a seguinte expressão: “fui preso na resaca daquilo que se convencionou chamar “intentona”, fui acusado de ter participado na sublevação”. Esse testemunho remete-nos, logo, para um lugar de memória ou para vários lugares, onde a tortura, o sofrimento nas cadeias, direcionam possíveis conexões com locais de eventos e experiências traumáticas.

Por outro lado, os testemunhos dados por Justino Pinto de Andrade, Manuel Vidigal e à Palmira Africano de Carvalho, numa mesa redonda, realizada pela Universidade católica de Angola, sob o título: *liberdade e memória em mesa redonda: o 27 de maio em Angola*<sup>16</sup> direciona o nosso olhar para o lugar das emoções, o lugar do medo, o lugar da sobrevivência e o lugar da violência. Tomemos atenção à narrativa de Justino Pinto de Andrade:

São quarenta e dois anos, e estou aqui neste espaço com alguns indivíduos com quem convivi a quarenta e dois anos em circunstâncias muito difíceis. Nesta altura eu já me encontrava preso a mais de um ano, por isso mesmo tive a ingrata tarefa de certa forma de receber na cadeia algumas pessoas que aqui estão, receber porque eu já era veterano. Então convivi na cadeia com o meu colega de medicina Manuel Vidigal que vinha comigo, ele já médico e eu tive de interromper porque

15. Depoimento dado por Silva Simão Mateus de 63 anos de idade ao Jornal de Angola. “EDITORIAL”. Especial Segunda-feira 27 de Maio de 2019, Luanda. Silva Mateus é também o presidente da Fundação 27 de Maio. Na qualidade de ex-presos e sobreviventes do 27 de Maio de 1977, Silva Mateus congratula-se com a decisão tomada pelo Executivo e pelo MPLA que insta o Governo a resolver os pendentes do 27 de Maio.

16. Disponível em <https://www.youtube.com>.

tive outros percursos. Estive na cadeia com o Manuel Vidigal, o Mufusso e outros companheiros que aqui estão, portanto que eu já convivía antes. É evidente que foi apanhado do meio daquela grande turbulência que foi o 27 de Maio. Hoje faz quarenta e dois anos, em que vivenciei os momentos mais dramáticos da minha vida política e mesmo como homem, e não posso esquecer. E até porque aqui também tem entre nós filhos de algumas dessas pessoas que dum forma ou outra foram envolvidos naquela turbulência. Muitos deles até filhos de companheiros meus de outras cumplicidades anteriores, e é bom eu ainda estar vivo para poder conviver com os filhos dos meus companheiros de varias cumplicidades. Mas também é bom eu estar presente, para poder passar o meu testemunho, o que vivenciei, um conjunto de factos mesmo antes do dia 27 que no fundo foram o cadinho, que alimentou aquele momento dramático [...].<sup>17</sup>

A narrativa supracitada permite olhar a capacidade que a memória possui, ou seja, a presença e o encontro com algumas pessoas no espaço da mesa redonda permitiu estimular a memória de Justino Pinto de Andrade. Nesse contexto, as lembranças enviaram-lhe para vários lugares do passado: o lugar da cadeia; a experiência que teve com Manuel Vidigal como colega na faculdade de Medicina e como companheiro na cadeia. Por outro lado, este exemplo que acabamos de evidenciar nos oferece possibilidades de falar da “lembrança individual como limite das interferências coletivas”, assunto que Halbwachs (1990) fala na sua obra: *Memória Coletiva*. Contudo, o autor explica que as lembranças pessoais tais como nós sozinhos às confirmamos e somos competentes em reencontrá-las, evidenciam-se das outras pela maior complexidade das circunstâncias fundamentais para que sejam lembradas, mas isto é apenas uma diferença de grau.

Quando algumas vezes limitamo-nos na verificação do nosso passado, este

17. Depoimento dado por Justino Pinto de Andrade numa mesa redonda realizada pela Universidade católica de Angola, sob título: liberdade e memória em mesa redonda: o 27 de maio em Angola, disponível em <https://www.youtube.com>.



exercício gera duas espécies de elementos: os primeiros são, quando é possível recordar aquilo que nós queremos, os segundos, ao contrário, não compreendem a nossa chamada, ou seja: ao irmos à busca do passado parece que o nosso querer choca num obstáculo (HALBWACHS, 1990, p. 48-49). Por isso, a presença de Manuel Vidigal e outros companheiros fizeram com que as lembranças individuais de Justino Pinto de Andrade tivessem uma interferência, ou seja, a memória individual está carregada do social, ela é menos demarcada em relação a memória coletiva que são marcas em representação do passado vivo na mente de um grupo<sup>18</sup>.

Um outro aspecto assinalado nesse turno tem a ver com as memórias das vítimas, que não atribuem um lugar central em suas recordações as datas dos acontecimentos, mas sim, naquilo que elas sentiram: os gritos de terror, os cheiros, o barulho, o clima... Mas para isso, Pollak (1989) dá o seu ponto de vista: nas recordações mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são de ordem sensorial: o barulho, os cheiros e as cores (POLLAK, 1989, p. 11). Como exemplo, podemos olhar para as narrativas de José Carrasquinha e José Adão Fragoso, uma vez que não atribuem um lugar central em suas recordações a data do acontecimento, mas sim, naquilo que eles viveram e sentiram: o ambiente, os lugares e as personagens:

Fiquei preso quase dois anos. Eu e outras pessoas que estiveram presas nas mesmas circunstâncias estávamos em liberdade condicional, por uma razão muito simples. Primeiro, fui preso sem culpa formada; segundo, puseram-me na rua sem guia de soltura. Portanto, tecnicamente, ainda estou preso. Para agravar a situação, nunca me pagaram o dinheiro que me devem. [...]. Fui para uma cela onde estava a malta da Revolta Activa.

18. O discurso de Justino Pinto de Andrade não foi individualista, na sua narrativa é possível notar passagens onde faz referência a grupos ou pessoas que estiveram com ele na cadeia.

Isto foi na Cadeia do São Paulo. Conheci lá o Gentil, o Justino, Menezes, Pinto de Andrade e outros. Estes também queriam dar golpe de Estado? Depois, fui transferido para a Casa de Reclusão. Estive num corredor que se chamava “Corredor da Morte”. Éramos 44 indivíduos que lá estávamos e acabámos 22. Entre mortos e feridos sobra sempre alguém e fui um dos tipos que sobreviveu. Aquilo era tão quente que até no tempo do frio usava abano. Tinham-me dito que seria fuzilado se estivesse a mentir. Como sabia que a qualquer momento podia morrer, deixei a tristeza de lado. Quando viro filósofo, costume dizer que pobre triste é um homem morto. Você já é pobre, vai ficar mais triste para quê? Lá na cadeia, o dia-a-dia era ouvir barulho devido à porrada.<sup>19</sup>

#### E também:

E quando cheguei ao Largo Hoji-ya-Henda, defronte do Ministério da Defesa, já os manifestantes tinham sido dispersos pelos cubanos aliados à Guarda Presidencial. A manifestação teve muita adesão. Enquanto no Palácio, manifestantes eram dispersados com tiros, havia gente aqui na Mutamba a deslocarem-se para lá. Depois disso, todos começaram a dirigir-se em direcção à RNA, porque havia informações de que lá havia manifestantes. Não havia um plano prévio para uma concentração na RNA e TPA, pois o único local escolhido era o Palácio Presidencial. O povo dirigiu-se à Rádio e Televisão onde foi repellido pelas referidas forças transportadas pelos blindados. Saí daí para a minha casa no bairro Popular. Chegado a casa, meu pai lá estava e muito preocupado comigo. Perguntou se valerá a pena a manifestação. Eu não o respondi. Começou a queimar todos os papéis e documentos que havia em casa. Eu estava consciente de que o pior estava para vir, porque o MPLA havia declarado que tinha sido frustrada uma tentativa de golpe. No dia seguinte, dois homens fardados bateram à porta e todos membros da minha família já esperavam o pior. Fui levado ao Ministério da Defesa sem mostrar resistência e consciente de que iria morrer. Permaneci detido por dois dias. Estes foram os dias mais longos de minha vida. O meu primo, que era chefe de um pelotão do Exército, reconheceu-

19. Depoimento dado por José Carrasquinha ao Jornal de Angola. “EDITORIAL”. Especial Segunda-feira 27 de Maio de 2019, Luanda.



-me e gritava que eu era um homem altamente perigoso. Agrediu-me e dizia, em kimbundu, para ter calma. Surrou-me e a mais quatro pessoas. Depois, colocou-nos num camião e levou-nos ao edifício da antiga DISA, localizado defronte ao ex-Parlamento, e colocou-nos numa cela. Depois de uns dias, retirou-nos de lá, sem roupas e com muito frio. Voltou a levar-nos para outro lugar, de que já nem me lembro, onde havia pessoas de confiança que também queria salvar. O camião foi andando connosco (acho que era de madrugada) e chegou às imediações do Golfo, onde nos permitiu a fuga. No Golfo, consegui chegar a casa da minha irmã e ali permaneci durante 14 meses, até à altura em que, em 1978, em Cabinda, Agostinho Neto proclamou a política de clemência aos sobreviventes do 27 de Maio. Ali apareço, publicamente, como se tivesse saído da cadeia.<sup>20</sup>

Existem fenômenos de revivência por toda parte: “o tempo corre e o tempo cura, ele traz novidades e recupera o que só pode ser reconhecido a distância” (KOSELLECK, 2014, p. 246). É importante entender que a nossa memória não está habitada, por isso, procuramos sempre lugares por onde podemos ancorar as nossas memórias e a partir deste pressuposto, podemos confirmar e encontrar vários lugares, por onde tivemos experiências no passado. Por outro lado, as marcas da memória manifestam-se através de linguagens, as datas dos acontecimentos não são os únicos elementos a serem destacados nas narrativas. O narrador, ao recordar uma data, deve fazer sempre uma associação, por isso, se olharmos para as narrativas das vítimas do 27 de Maio de 1977, supracitadas, é possível encontrar: datas, experiências vividas e significados.

Koselleck (2014), na sua obra: *Estratos do tempo: estudos sobre história*; analisa os efeitos diacrônicos das guerras na consciência. Para o autor, quando na prática, a guerra termina com o “calar das armas”. Naturalmente, muda o status da consciência desse conflito. A experiência

de guerra se transforma em memória. Nesse sentido, o autor esclarece dizendo que a memória não é uma dimensão fixa, uma vez que ela persiste em atuar de forma inalterável. Ela está sujeita aos efeitos da guerra, que podem condicionar, recalcar e canalizar a memória, transformando as lembranças que se têm dela. Muitas coisas são esquecidas, outras permanecem fincadas na consciência como um espinho. Muitas coisas são recalçadas, outras são canonizadas. A guerra origina consequências que operam como um filtro entre as lembranças e a consciência (KOSELLECK, 2014, p. 253). Olhando para a realidade do 27 de Maio de 1977, os eventos também avançam em uma direção diacrônica, em que as experiências das vítimas se transformam em memória.

Ao procurarmos esses lugares de memórias, constitui uma forma de se ir à busca de uma representação ausente daquilo que já se passou, ou pode constituir, uma tentativa de reconstrução daquilo que ocorreu de significativo no passado. Ao irmos à procura de memórias das vítimas do 27 de Maio de 1977, operacionaliza-se um trânsito: (presente-passado), que leva a vários lugares de memória, que pode ser dos mais simples aos mais complexos.

Por outro lado, esse trânsito traduz-se num exercício historiográfico permanente, revestido sob duas perspectivas: a primeira é um fato que o tema aqui tratado vai se reconstruindo de dados fornecidos no presente e projetado para o passado. A segunda é uma certeza de que o tema 27 de Maio de 1977 em Angola está em torno de uma memória coletiva, uma vez que ela recompõe magicamente um passado sobre o tema, por isso é que existem vários lugares de memória do 27 de Maio de 1977. Essas duas perspectivas vão ao encontro daquilo que Halbwachs (1990) esclarece: com base a (memória histórica – individual) e a (memória coletiva – coletiva), pressupõe falar de duas consciências: a individual e a coletiva; desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas for-

20. Depoimento dado por José Adão Fragoso ao Jornal de Angola. “EDITORIAL”. Especial Segunda-feira 27 de Maio de 2019, Luanda.



mas mudam conforme os objectivos que elas implicam (HALBWACHS, 1990).

### O 27 de maio de 1977 em torno de deveres de memória

Antes de entrarmos para o assunto principal (o 27 de maio de 1977 em torno de deveres de memória), teceremos breves considerações sobre o conceito de deveres de memória. Articular o conceito de deveres memória, implica olhar sobre as primeiras causas memoriais que ganharam repercussão em alguns países, exemplo: França, Alemanha, África do Sul e Brasil, por conseguinte, essas causas memoriais desdobraram-se até aos dias de hoje.

Olhando para a França como um marco referencial<sup>21</sup>, o tema de memória neste país, deve ser compreendido na contextura de uma vasta discussão no âmbito político, atinente aos efeitos sociais de discursos e usos relacionados ao dever de memória, *expressão* introduzida ao longo dos anos de 1990, significando um sentido: de que, memórias de *sofrimento* e *opressão* geram imperativos, por parte do estado e da sociedade, em conformidade com grupos portadores dessas memórias. Abarcando a sociedade civil, o estado e a comunidade acadêmica – mormente historiadores, mas também cientistas sociais e filósofos. A contenda tem levado ao questionamento das ferramentas legais utilizadas pelo Estado francês na gestão de passados sensíveis, e tem actualizado a reflexão referencial sobre as conexões entre história e memória, provocando disputas acerca do papel do historiador no espaço público.

Para um entendimento concernente aos meandros do debate sobre o conceito de deveres de memória, é necessário imergirmos para o historicismo do conceito e para o contexto no qual as primeiras demandas memórias ganharam corpo, outorgando impulsos a um desdobramento para

21. O nosso marco parte da França como modelo, porquanto os franceses conseguiram debater as questões sobre passados sensíveis abarcando vários sectores da sociedade francesa. Exemplo: sociedade civil, o Estado e a comunidade acadêmica.

contemporaneidade. A origem do conceito dever de memória consistiria no processo de resignificação do discurso memorial associado ao Holocausto de milhares de judeus que viviam na França, ocorrido a partir dos anos 1970 (HEYMANN, 2006, p. 4).

Saindo da França o nosso olhar recai novamente para o assunto 27 de Maio de 1977 em Angola, que para nós não é um assunto tranquilo, mas as demandas dos discursos políticos de hoje, com base aos temas sensíveis na sociedade angolana, obriga-nos a fazer um enquadramento do 27 de maio de 1977 em torno de deveres de memória. O 27 de Maio de 1977 está ligado a deveres de memória, pois existem processos de reivindicação, provenientes de associações. Como exemplo, podemos olhar pela posição da Fundação 27 de Maio que, no ano de 2001, realizou a sua primeira conferência, quando revelou os nomes de pessoas envolvidas nas mortes:

Quanto a isso dou o benefício da dúvida, porque em 2001 – quando a Fundação 27 de Maio realizou a sua primeira conferência onde exteriorizou os nomes dos matadores – o MPLA fez uma declaração onde dizia que já não nos tratavam de golpistas nem de fracionistas, mas sim de patriotas incompreendidos. Na mesma declaração dizia-se que houve excessos e que não havia motivo para serem colocados entraves para a solução do processo. Volvidos 11 anos, isto é em 2013, quando o MPLA se apercebeu que os sobreviventes associados na Fundação 27 de Maio tinham decidido realizar uma manifestação frente à sede do MPLA, voltou a publicar a mesma declaração, mas até hoje não disse mais nada.<sup>22</sup>

Por outro lado, o 27 de Maio de 1977 está ligado a deveres de memória, porque existem familiares das vítimas que exigem reparação; exigem a verdade; exigem os corpos desaparecidos; exigem enterros condignos e exigem um memorial. Qual seria a posição do estado em resposta a estas exigências? Seria de fato, políticas de reparação por parte do Estado Angola-

22. Depoimento dado por José Adão Fragoso à DW. José Fragoso é vice-presidente da Fundação 27 de Maio. Disponível em: <https://www.dw.com/pt>.



no e a criação de comissões de verdade, assim como aconteceu nos processos na Argentina, Chile, Brasil, França e na África do Sul, etc. ... É de realçar, que estes processos não tiveram um carácter punitivo.

É um fato que as demandas sobre eventos traumáticos em Angola nos tempos actuais, continuam na agenda do Estado mas sem consensos<sup>23</sup>, mas isso pode ser compreendido até um certo “ponto”. Se olharmos para a génese do próprio conceito de dever de memória, mostra-nos que o dever de memória não é um assunto de âmbito leve, uma vez que nele estão aglutinados: reconhecimentos dos erros no passado, sofrimento, opressões, genocídio, tortura e assassinatos. O direito à verdade deve ser atrelado ao papel do estado e a outros sectores da sociedade.

Mas é de realçar que caminhar pelo espaço da história política recente implica encarar certas polémicas, e alguns riscos. De um lado, temos as polémicas de natureza académica<sup>24</sup>, relacionadas ao debate sobre os limites do conhecimento e a capacidade efetiva de explicar os eventos. Nesse sentido, Motta (2013) diz que o estudo de processos políticos recentes constituem em jogo as conexões entre história e memória, e a disputa sobre as potencialidades de compreender e de interpretar o passado, ou seja, a possibilidade de se chegar à verdade. Além dos historiadores, o assunto em questão reúne outros campos do conhecimento, como: as Ciências

23. Três das principais organizações que se têm batido pelo reconhecimento dos atos cometidos na sequência dos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, nomeadamente o Grupo de Sobreviventes do 27 de Maio, a M27 (Associação dos Órgãos) e Associação 27 de Maio (de sobreviventes e familiares das Vítimas), manifestaram esta semana, em comunicado, «reservas» aos objetivos até aqui contemplados no Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos. EDITORIAL”. Novo jornal sexta-feira 27 de Setembro 2019. Edição nº 604.

24. São vários livros editados, artigos, teses e dissertações sobre a questão do 27 de maio de 1977 em Angola, ou temas que se aproximam ao 27 de maio de 1977, mas não existe consensos, o que existe de fato são discursos divergentes, pessoas defendendo o discurso oficial, que foi tentativa de Golpe de estado, e outras problematizando as questões internas do MPLA.

Sociais (Antropologia, Ciência Política, Economia e Sociologia), o jornalismo e os pesquisadores das mídias, os Estudos Literários, a Psicologia e o Direito (MOTTA, 2013, p. 58).

Hoje é possível ver em algumas universidades em Angola, jornais, assim como em outros meios ou locais, pessoas a dialogarem sobre o 27 de Maio de 1977. Num passado muito próximo, não se via estas disputas pela compreensão e representação de um passado recente. O que chama atenção nesses espaços é uma relação entre a história e a memória, marcando aproximações e distanciamentos. A notícia do jornal de Angola de segunda-feira 27 de Maio de 2019 – Especial 27 de Maio de 1977 – elenca diálogos entre a memória (passado) e a história (presente), através dos discursos de jornalistas que trazem notícias para esfera pública, utilizando os discursos de políticos no presente, e olham o passado, trazendo depoimentos das vítimas do 27 de Maio de 1977. Esse exercício marca o início da elevação de um evento traumático para a esfera pública em Angola ou mesmo para o começo de uma história pública na qual existem muitos actores que podem dialogar sobre o evento.

A mesa redonda realizada pela Universidade Católica de Angola, sob título: *liberdade e memória em mesa redonda: o 27 de maio em Angola*, assunto que já referimos anteriormente<sup>25</sup>, também marca a elevação do assunto para a esfera pública, nesse espaço estiveram estudantes, jornalistas, antropólogos, sociólogos, historiadores, algumas vítimas, os filhos de vítimas e um público com interesse no assunto. De fato, houve um debate e disputas pela compreensão e representação de um passado recente.

Para Zawa, N. Mbuta<sup>26</sup>, foi um desafio estar na mesa redonda, uma vez que con-

25. Assunto que articulamos no subcapítulo: os lugares de memória sobre do 27 de maio de 1977.

26. ZAWA, N. Mbuta, pesquisador e Antropólogo, na sua dissertação: *Percepções da cor da pessoa e do tipo angolano*. Ele diz que o “27 de Maio de 1977 enquanto fe-



tou com testemunhas vivas, tanto de participantes ativos como espectadores. Para esses eventos o pesquisador é confrontado muitas vezes por pessoas que se sentem mais capazes para falar do passado recente, considerando seu testemunho superior ao olhar de um pesquisador que “não estava lá”. Por isso, as fronteiras entre a história e a memória são “afastadas” e “próximas”, as dificuldades no presente caso são ainda maiores. O estudo das temporalidades recentes implica um repto singular da memória em relação a história (MOTTA, 2013, p. 60-61).

Nos últimos tempos tem vindo a crescer o número de publicações sobre o 27 de Maio de 1977 fora de Angola, por outro lado, a forma como o assunto é debatido na esfera pública possibilita na afirmação de um dever de memória, que nos dias de hoje, remete, portanto, à ideia de que cada grupo social, em outro tempo vítima, e hoje herdeiro da dor, pode reivindicar a celebração de seus mártires e heróis, bem como o reconhecimento pelo dano sofrido e uma forma de reparação. Nesse sentido, defender o dever de memória é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento (HEYMANN, 2006, p. 7).

Assim como se fala em dever de memória, poderíamos falar também em dever da história, caminho que já começou a ser trilhado por muitos pesquisadores que trabalham com a história política de Angola, mas trabalhar nesse campo é pisar até a ponta do “iceberg”, visto que o tema tem

---

nômeno primordial do estado angolano, e o lugar racial entre as partes envolvidas, e a população de maneira geral. Nesse sacrifício original se realizou uma expiação e substituição da vítima sacrificial (o branco de Primeira), no seu lugar elegeu o autóctone, o preto indígena, enquanto grupo demográfico majoritário e potencialmente sociológico, é transformada em vítima substituta daquele português metropolitano”. Para Zawa, “o 27 de Maio, foi uma violência original, que possibilitou o encontro entre os diferentes meios sociais e a normalização daqueles que seriam passíveis de compor a angolanidade, enquanto lugar norma de se e do se ser angolano”. Disponível em: <https://teses.usp.br>.

implicações identitárias, políticas e judiciais. O historiador Alberto de Oliveira autor do livro *História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI*, em entrevista ao Jornal de Angola, falou em dissabores depois de lançar o livro<sup>27</sup>:

Quando escreveu a sua “História de Angola” teve dificuldade em abordar os acontecimentos relacionados com o 27 de Maio de 1977? Nunca é fácil abordar a História. E as dificuldades que enfrentei, já às mencionei. No entanto, penso que o que vale a pena referir é alguns dissabores por que passei, depois de publicar o livro. Por um lado, certos sectores ligados ao poder em Angola (que, evidentemente, não posso identificar aqui) censuraram-me por, alegadamente, ter mencionado um número “excessivo” de mortos no 27 de Maio.<sup>28</sup>

Tudo que é tratado na esfera pública, chega aos olhos do público por meio de diversas plataformas (debates em rádio, livros impressos, canais no youtube e jornais). Para Motta (2013), o fato de temas sensíveis passarem por essas plataformas, tem desempenhado papel positivo e socialmente útil. Do ponto de vista acadêmico, os depoimentos proporcionam material valiosíssimo para a pesquisa, e em alguns casos o próprio historiador provoca a produção de memórias ao fazer entrevistas (MOTTA, 2013, p. 61). Trabalhar com um passado traumático é fazer uma conexão com memórias que podem ajudar na validação do direito à reparação<sup>29</sup>. Mas é necessário conhecer as várias formas de validação do conhecimento histórico, a

---

27. O livro de Alberto de Oliveira também foi criticado pela professora Conceição Neto, por via de uma resenha. A professora C. Neto alega: “que o livro, porém, apresenta demasiadas lacunas e insuficiências para servir de guia num nível mais especializado, como exemplo: o ensino universitário”. Também houve elogios por parte da professora C. Neto e outras críticas que chegaram particularmente de colegas que pesquisam e ensinam a história de Angola. A crítica destes profissionais está relacionada com a questão da omissão de bibliografias fundamentais. Ver resenha: <http://analisesocial.ics.ul.pt>.

28. Depoimento dado por Alberto de oliveira ao Jornal de Angola. “EDITORIAL”. Especial Segunda-feira 27 de Maio de 2019, Luanda.

29. Por outro lado, olhar sobre o passado traumático vai permitir não repetir os erros do passado.



partir da história pública pode ser uma via, mas também pode ser um terreno “falso”, isto porque o tempo da história é o tempo da produção historiográfica, ao oposto do tempo do acontecimento político que pode estar atrelado a uma história pública.

O 27 de Maio de 1977 não tem ainda meio século, para o historiador Alberto de Oliveira, é um fato recente, ou mesmo contemporâneo. “Se há uma necessidade em apurar a verdade – ou as verdades – há que deixar falar as pessoas que viveram e que ainda se encontram vivas”<sup>30</sup>. A posição do historiador Alberto de Oliveira não pode ser vista como uma única possibilidade, logo existem outras possibilidades de se trabalhar as fontes. Mas, devemos resistir à tentação de transformar a memória em história. O testemunho só pode oferecer um olhar parcial e interessado, naturalmente insuficiente para quem almeja chegar próximo à verdade (MOTTA, 2013, p. 61).

Embora Nora (1984) afirme que a necessidade de memória é uma necessidade da história, o que nós chamamos de memória é, de fato, uma fundação colossal e vertiginosa de um estoque físico daquilo que nos é impossível memorar, repertório intocável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A transição da memória para história necessitou que cada grupo redefinisse sua identidade pela possibilidade de dar uma nova vida à sua própria história (NORA; AUN KHOURY, 2012, p. 14). Por isso, o 27 de Maio de 1977 encaixa-se nos deveres de memória, existindo uma relação entre a identidade dos grupos atingidos e os eventos que podem se fundir também pela partilha de uma memória comum.

É de realçar que a “abertura” do Estado angolano em dialogar sobre os eventos do 27 de Maio pode proporcionar o aparecimento de novas memórias no espaço público. Por outro lado, pode causar a emergência de uma ocorrência social,

30. Depoimento dado por Alberto de oliveira ao Jornal de Angola. “EDITORIAL”. Especial Segunda-feira 27 de Maio de 2019, Luanda.

confirmando as identidades de grupos que trazem à luz uma memória, para qual, buscarão reconhecimento e lutas por direitos para manter viva uma memória. Heymann (2006) diz que estes tipos de grupos podem ganhar espaços no discurso histórico: a partir de um exame das representações sobre o passado, por aparecerem nos manuais escolares e livros, por serem abrangidos no calendário solene de memorações. Esse elencar sobre questões tão complexas toma novos discursos nacionais, onde o multiculturalismo e as disputas de lembranças têm por objetivo, somente, situar a noção de dever de memória e os debates que tem suscitado em um cenário mais geral (HEYMANN, op. cit., p. 3-4).

Em suma, o dever de memória sobre o 27 de Maio de 1977 poderá se construir como plataforma dialógica das diferenças da consciência social que produziu essas ocorrências com propósito de subsidiar uma agenda consensual capaz de conciliar os angolanos entre si em erguer a ideia de “nação” do seu país.

### Considerações finais

O assunto sobre o 27 de Maio de 1997 em Angola deve caminhar para o processo de deveres de memória e reparação. O passado presente mostra-nos que existem muitas “feridas abertas” sobre o passado e assuntos por se resolver, as vozes que se levantam agora, tanto do lado do governo que assume que houve “excessos” e das pessoas lesadas que reivindicam direitos, permitem o escrutínio de cenários e possíveis desfechos sobre o dossiê 27 de Maio de 1997 em Angola. O dossiê pode até convergir próximo daquilo que se passou em outros países que também tiveram passados traumáticos como Angola, mas a realidade sobre o que aconteceu, nutre-se na maioria das vezes, com o tempo, com às experiências dos grupos que reivindicam, com às memórias, com o silêncio, com o sofrimento de grupos e também com a tentativa do silêncio sobre o assunto, em síntese o direito à verdade e o dever de memória, assim como a repara-



ção deve estar na agenda dos atores que fazem parte da comissão de averiguação sobre os “excessos” e “erros” cometidos no 27 de Maio de 1977 em Angola.

### Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARREIRA, Iko. *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

FRANCISCO, Miguel. *Nuvem Negra o Drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, v. 22, n. 36, 2006.

HEYMANN, Luciana. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas. S.P. Editora da Unicamp, 1990.

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: o 27 de Maio de 1977 em Angola*. (Dissertação de Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br> Acesso em: 8 out. 2019.

MATEUS, D. C. e MATEUS, Á. *Purga em Angola: O 27 de Maio de 1977*. Porto: ASA, 2007.

MBUTA, Zawua N. *Percepções da cor da pessoa e do tipo angolano*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia social), Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br>. Acesso em: 5 out. 2019.

MENDES, Júlio; SILVA, Eugénio; CABECINHAS, Rosa. Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola. In: MARTINS, Moisés de Lemos; CABECINHAS, Rosa; MACE-DO, Lurdes (Eds.). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 lusofonia e Sociedade em Rede*. Universidade do Minho – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade: Grácio Editor. 2010. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e memória*, v. 9, n. 1, p. 56-70, 2013.

NETO, M. da C., Recensão: “História de Angola da Pré-História ao Início do século XXI, 2.ª ed., Lisboa, Mercado de Letras, 2017. *Análise Social*, 230, liv (1.º), p. 181-185. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PACHECO, Carlos. *Agostinho Neto. O Perfil de um Ditador*. Lisboa: Editor: Nova Vital, 2016.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, 1989.

QUEIROZ, Artur. *27 Maio 1977*. Luanda: Edição Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2017.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA Perante si Próprio*. Volume II. 1974 -1977. Luanda: Editorial Nzila, 2001.

VARGAS, Diego Vasconcelos. *Memória e Silenciamento nos Arcos do Bixiga*. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós – Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Escola de Artes. Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.



-----//-----

**Abstract:** The objective of this article converges on the question from the May 27, 1977 in Angola. The theme was seen from three axes: the first one is directed to the 27 of May in Angola: between the memory and the silence; the second one will enumerate the places of the memory on the 27 of May of 1977 and in third, it will occupy to speak of the 27 of May of 1977 around the duties of the memory. With the history of the present time, besides reading the demands of the current times in the Angolan society, it allowed us to know that, on one hand the theme about the 27 of May of 1977 in Angola, walked for silencing processes, for another one, the theme continues to advance for other places of the memory, creating thus, bases so that today, in the present time, it is possible to speak of duties of memory and repair.

**Keywords:** May 27, 1977; Angola; Silencing; Memory.

*Recebido em: 10 de setembro de 2021.*

*Aceito em: 10 de setembro de 2021.*